



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

## RESOLUÇÃO Nº. 1118/2019

O Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, no uso de suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Estadual Nº 7.964 com as modificações estabelecidas pela Lei Estadual 10.598 de 08 de dezembro de 2017, e Decreto Nº 921-S, de 06 de maio de 2005, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 09 de maio de 2005, bem como prerrogativas regimentais, e em consonância às deliberações do Plenário na 202ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2019.

### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as Atas da 199ª, 200ª Reuniões Ordinárias, 76ª e 77ª Reuniões Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Art. 3º - O conteúdo desta Resolução, na íntegra, está disponibilizado no endereço eletrônico: [www.saude.es.gov.br](http://www.saude.es.gov.br).

Vitória-ES, 19 de agosto de 2019.

### **Maria Maruza Carlesso**

Presidente do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Homologo a Resolução Nº. 1118/2019 nos termos da Lei Nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, de acordo com a delegação contida no Art. 1º, § 1º da Lei Nº. 7.964, de 27 de dezembro de 2004, publicada em 29 de dezembro de 2004.

### **Nesio Fernandes de Medeiros Junior**

Secretário de Estado da Saúde  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES  
ATA – 199ª Reunião Ordinária – Ano 2019  
16 de maio de 2019



## ANEXO

### **Conselho Estadual de Saúde – CES/ES ATA – 199ª Reunião Ordinária – Ano 2019 16 de maio de 2019**

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de maio do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, reuniu-se para a 199ª (centésima nonagésima nona) Reunião Ordinária no período de 14:00 as 18:00 horas no auditório da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), localizada na Enseada do Suá, Vitória-ES sob a Presidência da conselheira Maria Maruza Carlesso e do secretário executivo do Conselho Estadual de Saúde, Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos conselheiros (as): Vera Lúcia Peruch (SESA), José Tadeu Marino (SESA), Luiz Carlos Reblin (SESA), Rafael Grossi Gonçalves Pacífico (SESA), Beatriz Zandonade Jarske, (FEHOPES), Ricardo Ewald (FEHOFES), Bartolomeu Martins Lima (Ministério da Saúde), Willian Fontes (SINDPSI-ES), Valeska Fernandes Moraes (SINDIENFERMEIROS-ES), Eliana Baptista (SINODONTO-ES), Rita de Cássia Olímpio Martins (SINDSAÚDE-ES), Cynara da Silva Azevedo (SINDSAÚDE-ES), Luis Tupinambá Bittencourt da Silva, Elci Lobão Medeiro (CUT-ES), Sandra Mara Bremer Rodrigues Charbje (SINDIUPES), Maria Aparecida Gomes de Araújo (ASSOPAES), Mansour Cadaís Filho (SINDNAPI-ES), Antonio Carlos Nogueira do Nascimento (FAMOPES), Elio Rodrigues Dias (FAMOPES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE-ES), Heldo Salgueiro Silva (GRUPAES), Luciano Ferreira Santana (Força Sindical), Magno Venturoti Corrêa (Força Sindical), Sheila Mara Rodrigues Godinho (MITRA), Gilson Mesquita de Faria (ANAMA-ES). Justificaram as ausências: Nésio Fernandes de Medeiros Junior (SESA), Magna Nery Manoeli (SINDIPUBLICOS-ES), Taíza Bruna Assunção Medeiros (FETAES), Eliza de Moraes Evangelista (SINDIUPES), José Carlos de Siqueira (ANAMA-ES), Maria de Lourdes Fiorido (APAES), Vanderson Roberto Pedruzzi Gaburo (APAES). O secretário executivo Alexandre fez a verificação de quórum regimental e a Presidente iniciou a reunião saudando a todos. Ponto 1 - Apresentação dos novos conselheiros do CES: Tomam posse os conselheiros Antonio Carlos Nogueira, titular e Elio Rodrigues Dias, Suplente - ambos representando a entidade FAMOPES, Heldo Salgueiro Silva, Suplente, representando a entidade GRUPAES, Aguiberto de Lima Ferreira, suplente, representando a CUT, Magno Venturoti, suplente e Luciano Ferreira, titular, ambos representando a Força Sindical. O conselheiro Marcos dos Santos solicita a palavra se despede do CES, agradece o aprendizado e a presidente do CES Maruza também agradece a ele pelo tempo dedicado ao Conselho, pelo trabalho desempenhado até aqui em benefício do controle social. Ponto 2 - Informes, Indicações e Expediente: Informe 1 - OF/CMS/Nº 11/2019 - O Conselho Municipal de Saúde de Jerônimo Monteiro solicita capacitação para os conselheiros municipais de saúde. Informe 2 - Ofício Nº 43 SMSI/PMI/SCI, da Santa Casa de Iúna informa sobre recurso depositado pelo Ministério da Saúde no valor de R\$ 257.500,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Informe 3 - Ofício nº 100/2019 - O Conselho Gestor de Saúde do Hospital Estadual de Urgência e Emergência informa sobre o bloqueio judicial no valor de R\$ 46.426,10 e solicita encaminhamentos à Comissão de Acompanhamento de Conselhos Locais de Saúde. Informe 4 - OF. HEUE/Pró-Saúde/O.S. Nº 318/2019 informa sobre paciente em cuidados paliativos internados na instituição, atendendo ao OF/SESA/CES Nº 025/2019. Informe 5 - Núcleo Sócio Terapêutico/HESVV/Nº 002/2019 informa sobre a quantidade de pacientes em cuidados paliativos internados na instituição, atendendo ao OF/SESA/CES Nº 025/2019. Informe 6 - OF nº 036/2019 - Diretoria Executiva do Hospital Estadual Central informa sobre quantidade de pacientes em cuidados paliativos internados na instituição, atendendo ao OF/SESA/CES Nº 025/2019. Informe 7 - Ofício nº 003/2018, da Comunidade Terapêutica para Tratamento Comportamental Antidroga informa que está em pleno gozo de suas atividades desde 03 de novembro de 2012, no município de Marechal Floriano, como



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

atuação de acolhimento e cuidado de dependentes químicos em situação de vulnerabilidade social dispondo ao todo de 20 vagas para o sexo feminino e maiores de 18 anos. Informe 8 - OF/ADM/SINDSAÚDE Nº 165/2019 indica a senhora Maria Rita de Boni para fazer parte da Comissão Intersetorial de Acompanhamento dos Conselhos Gestores. Informe 9 - Ofício/SESA/GS/Nº 085/2019 encaminha mídia digital com a prestação de contas do 1º quadrimestre de 2019 da SESA. Informe 10 - Gerência de planejamento da SESA encaminhou o Relatório Anual de Gestão 2018. Informe 11 - E-mail da Comunidade Terapêutica Resignificar informa a paralisação das atividades da "Associação de Cultura Social e Inclusão Social - Terapêutica Resignificar", sem previsão para seu retorno. Informe 12 - E-mail do Conselho Nacional de Saúde informa sobre as datas das Conferências Estaduais de Saúde dos estados das regiões Sudeste, Oeste, Norte. Informe 13 - E-mail da Secretaria de Estado de São Paulo informa sobre web conferência com o tema "Mortalidade Materna", no dia 28 de maio de 2019, as 10h pelo link: [www.webconferencia.saude.sp.gov.br/mortalidade280519](http://www.webconferencia.saude.sp.gov.br/mortalidade280519). Informe 14 - Reunião do Comitê Estadual da Promoção da Equidade, dia 22 de maio de 2019, às 9h, na sala de reuniões da GROSS - SESA Enseada do Suá. Informe 15 - Convite para Audiência Pública com o tema "A Saúde Pública da Região Norte do Estado", dia 07 de junho de 2019, as 15h, na Câmara Municipal de Jaguaré. Informe 16 - Convite do Governo do Estado para apresentação dos Resultados do Planejamento Estratégico 2019-2022, dia 17 de maio de 2019 das 13 às 18h, no Centro de Convenções de Vitória. Informe 17 - A conselheira Denice Silva Gonçalves encaminhou, para conhecimento - Relatório de Visita Técnica realizada no Instituto Vida e Saúde pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Serviço Residencial Terapêutico da qual é integrante. Referente ao Informe 1, o secretário executivo ressalta que outros municípios também já solicitaram capacitação e pede que aguardem o processo de realização das conferências e tão logo possam estar com a agenda mais livre, o CES-ES contribuirá com os conselhos municipais, inclusive com o projeto de educação popular em saúde, apresentado na última reunião e que já conta com as diretrizes para capacitação dos conselheiros municipais. Referente ao Informe 3, o secretário executivo expõe que, por se tratar de recursos financeiros, o conselho gestor do HEUE encaminhou um relatório robusto ao CIOF para avaliar/analisar e que se encontra à disposição para fins de registro. Referente ao Informe 4, o secretário executivo observa que houve um trabalho da Comissão dos Direitos Humanos que solicitou, no início do ano, aos cinco hospitais da rede na região metropolitana informações sobre o quantitativo de pacientes em cuidados paliativos e o tempo de permanência. Responderam o HEUE, o HEAC e o Hospital Central; os Hospitais Antonio Bezerra de Faria e o Jaime dos Santos Neves não responderam. Essas informações são importantes e já estão retornando à Comissão para avaliar se vai pautar esse assunto no Colegiado. Referente ao Informe 7, o secretário executivo relata que a comunicação da Comunidade Terapêutica ao CES faz parte da Portaria de Credenciamento dessas entidades, sendo necessário informar o seu funcionamento ao CES, ao Conselho de Assistência Social e ao Conselho Antidrogas. A Conselheira Beatriz salienta que a SESA, por meio da Vigilância Sanitária e a equipe de referência técnica de Saúde Mental que é da Gerência de Regulação, acompanha e monitora todas essas Comunidades Terapêuticas periodicamente. O Conselheiro dr. Tadeu complementa que as Comunidades Terapêuticas, hoje, estão ligadas à Secretaria de Direitos Humanos. É lá que se faz o cadastro e acompanhamento. O Conselheiro Gilson comenta que é semelhante às emendas parlamentares que não passa pelo controle da CIOF. O controle social passa bem ao largo da situação. Referente ao Informe 8, o secretário executivo lembra que o ofício vai ser encaminhado à Comissão para avaliar e trazer ao Plenário. Referente ao Informe 9, o secretário executivo relata que o balancete financeiro já está à disposição do CIOF. Referente ao Informe 10, o secretário executivo Alexandre revela que da mesma forma que as entidades comunicam o seu funcionamento, também avisam o CES o encerramento ou suspensão das suas atividades. Referente ao Informe 11, o secretário executivo disse que o RAG/18 já está em apreciação



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

na CIOF. A conselheira Eliana comenta que já foi enviado a todos no whatsapp.

EXPEDIENTES: Expediente 1 - O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde solicita a indicação de um representante titular e um suplente para participar das reuniões do Comitê, que ocorre uma vez no mês. O secretário executivo pergunta qual outro conselheiro que gostaria de assumir. O conselheiro Luís Tupinambá se apresentou. O secretário executivo comentou que serão os conselheiros Gilson e Luís e, afirma que o CES formalizará e enviará os documentos.

Expediente 2 - Perda de mandato no Conselho Estadual de Saúde, por faltas, dos representantes do COSEMS: Márcio Clayton da Silva (titular) e Vanessa Leocádio Adami (Suplente). O secretário executivo ressalta que foi feito um levantamento das primeiras reuniões do ano de 2019, em atenção ao Regimento do CES e verificado que esses representantes do COSEMS faltaram a 5 reuniões consecutivas e, pelo Regimento, será decretado, nessa reunião, a perda de Mandato dos conselheiros titular e suplente e a notificação da entidade para que promova a substituição dos seus representantes; necessário deliberar sobre a matéria para publicar a Resolução de perda de Mandato e para oficializar a entidade para que substitua seus representantes. E completa dizendo que o levantamento está sendo realizado com bastante cautela e que o CES alertará outras entidades já que seus representantes estão correndo risco de perder seus mandatos, inclusive se as entidades forem reincidentes poderão perder a vaga no colegiado e o CES-ES chamará a entidade suplente. O alerta vale para que todos fiquem cientes da questão, uma vez que zelamos pelo cumprimento do Regimento do CES. E é necessário deliberar sobre isso. O secretário executivo, ao ser indagado pela conselheira Eliana se a entidade tem cadeira cativa, responde que sim. A presidente do CES complementa dizendo que a entidade vai substituir os representantes da mesma e a conselheira Eliana anuncia que saiu publicado a nota de repúdio e o chamamento público do credenciamento do HEMOES. O Conselheiro Gilson propõe que nos casos de ente público, persistindo a omissão, o CES fará uma representação no MP para providências cabíveis, o secretário executivo disse que está na Lei nº 7964, em resposta à pergunta do conselheiro Willian sobre vaga cativa, que entende que só a gestão da SESA poderia ter as vagas cativas. A presidente do CES Maruza põe em votação a perda de mandato dos dois representantes da COSEMS e a recomendação do conselheiro Gilson que detalha se o ente público, com vaga cativa, insistir em descumprir uma determinação legal (Lei 140/2011) reza nesse arcabouço jurídico que o controle social faz uma representação no MP estadual ou federal ou o MP nas suas tutelas. O que não pode é prejudicar o controle social e as incumbências que ele tem. Achamos importante o conselho participar e se insistir, o representante que estiver no cargo na hierarquia vai responder por isso. O conselheiro Luís Carlos Reblin manifesta-se no sentido de que antes de a proposta ser feita vale uma conversa com a diretoria do COSEMS para uma reunião. O conselheiro Gilson acrescenta que é na reincidência, nos casos em que couber. O secretário executivo argumenta que não é direcionado ao COSEMS. A presidente do CES Maruza afirma que fica mantido nos casos em que couber, que a Recomendação não é direcionada ao COSEMS e nesse caso, convidará a diretoria do COSEMS, que foi eleita recentemente, para tomar ciência de que os representantes que eles designaram para acompanhar as reuniões do CES tem que mudar. Inicia a votação da proposta acertada até agora aqui, primeiro intermediar uma reunião e para a recomendação nos casos em que couber de encaminhar ao Ministério Público Estadual.

Expediente 3 - Substituição da representante da ASSOPAES, conselheira Maria Aparecida Gomes de Araújo, no Conselho Estadual de Saúde indeferindo sua indicação como delegada na Conferência Estadual de Saúde. O secretário executivo informa que no processo de preparação das Conferências, um dos requisitos que ficou muito bem claro, no Regimento e no Regulamento da Conferência, foi em relação à preservação da vaga dos usuários. E, até seguindo uma prática ocorrida nas Conferências de Vigilância em Saúde e das Mulheres, foi realizada uma consulta ao CNES de todos os delegados que foram indicados/eleitos nos municípios e no CES, na representação do segmento dos usuários realizada a consulta no sentido de verificar se os representantes tinham algum vínculo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

funcional com o setor Saúde e isso foi verificado em vários municípios já nas Conferências Regionais. Foi identificado essa situação e o CES está comunicando e solicitando a substituição. O procedimento adotado será que, ao chegar na Conferência sem nenhum tipo de exposição, à pessoa será informada que a inscrição foi indeferida e que os cidadãos serão inscritos como convidados, mas já deixando claro que os municípios estão sendo notificados para que substitua aquele delegado que está ocupando uma vaga em outro segmento. Assim foi verificado que a conselheira Maria Aparecida, que hoje representa a ASSOPAES/usuários, está como trabalhadora da Saúde no município de Cariacica. Foi comunicado a impossibilidade em continuar representando o segmento dos usuários pois a Lei nº 7964 impede que um profissional de saúde represente o segmento de usuários no Conselho Estadual de Saúde; o CES precisa ser informado para que possamos oficializar a entidade pedindo a substituição da conselheira. A conselheira Maria Aparecida declara que quando foi eleita para representar a ASSOPAES, já estava trabalhando na unidade de saúde. A presidente e o secretário executivo tinham ciência disso, mas não sabiam que não deveria se representar como delegada no segmento de usuário, vez que é professora e não exerce nenhuma função voltada para prestar serviço de saúde, que presta um serviço administrativo no município de Cariacica, sem nenhum vínculo com o Estado, que daqui a 3 ou 4 meses, vai retornar para a Educação, para secretaria de escola. Causou estranheza receber mensagens por zap que eu estava trabalhando em Unidade de Saúde. O conselho também falhou; eu comuniquei a todos. Que é sabido pela mesa que eu já estava na unidade de saúde e que nas primeiras reuniões deste Pleno não se fazia presente por ser suplente. Quando soube que estava prestes a ser eliminada por faltas, consegui ser liberada para participar das Plenárias, após conversar com a coordenadora do setor onde presto serviço de secretaria na Unidade de Saúde. Que não vê a necessidade de cassar sua representação de convidada ou delegada, pois o importante é fazer o trabalho que precisa ser feito: considerar, debater, destacar e trocar ideias, isso para mim é conferência. Após comentário leu o artigo pertinente e impeditivo, disse que quando há oferta de formação importantíssimo de atendimento ao público, na hora do acesso, eu não posso participar. Eu sou usuário, mas não posso defender meu segmento por ser professora e estou no lugar errado e gostaria que o ponderasse, pois não acha justo que eu pague por uma falha de um coletivo. O secretário executivo Alexandre esclarece que a parte foi notificada com conhecimento da mesa diretora e que na ficha de credenciamento dos conselheiros não está escrito onde a pessoa trabalha, não tem nenhum registro a respeito disso, o CES sabe que você trabalha na prefeitura de Cariacica. O secretário executivo Alexandre diz que a conselheira não tem que transferir para o CES-ES a responsabilidade ou para secretaria executiva que você está trabalhando na Secretaria de Saúde; a responsabilidade não é nossa é sua a decisão pessoal, de trabalho seu. O que foi informado a você, até por solicitação da mesa diretora, é que comunicasse pessoalmente a você sobre sua situação; para que possamos oficializar a sua entidade; existem duas formas ou a conselheira ao tomar conhecimento: pede para sair ou Plenário decide que a conselheira saia. Eu procurei você primeiro para saber para qual a sua manifestação que está sendo trazida no Plenário para comunicar a sua entidade. O que a legislação diz é muito clara o instrumento que nós verificamos isso independente de onde pessoa trabalha é o CNES - Cadastro Nacional Estabelecimento Saúde - todo mundo que trabalha no setor saúde está registrado lá, todo mundo independente da função que exerça e se está registrado no CNES é considerado trabalhador da área de saúde, independente se está em desvio de função ou não e cita outro exemplo em conferências anteriores que pessoas aposentadas, sem vínculo empregatício com o setor Saúde, mas estava registrada no CNES. E complementa que quem tem que providenciar a retirada do seu nome é o ente na qual ela está vinculada ou própria pessoa; não cabe a nós que apenas estamos apurando as informações. O conselheiro Gilson reforça o impedimento legal dessa situação e que a participação como convidada será muito bem-vinda. A presidente do CES Maruza ressalta que infelizmente só foi saber quando se colocou



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

o seu nome no CNES, mas nas representações nunca nos atentamos e principalmente quando da sua indicação, e que agora também nas indicações depois do processo eleitoral a gente deve fazer também isso e a comissão eleitoral não fez esse "pente fino" na época se tivesse feito, você não teria entrado. Concordo com o conselheiro Gilson que estamos perdendo uma super-conselheira combativa. Se fosse você, continuaria frequentando na medida do possível, as reuniões do CES porque realmente esse é um espaço de aprendizado e sei que você gosta aprender e de se empenhar no que faz. E como convidada da conferência, se possível, acho que dá para contemplar aqui; temos algumas vagas, vão ser colocadas aqui e com certeza você vai ser a minha indicada. O conselheiro Willian alega que o CNES é falho, pois o servidor que trabalha na Saúde é registrado no CNES, ainda que o cargo não seja específico da Saúde. E questiona a objetividade disso por entender que é inadequado e que vai prejudicar a colega. A conselheira Denice aponta que o trabalhador de saúde é aquele que está no ambiente de saúde. Nós aqui no ambiente administrativo, somos trabalhadores de saúde. Sugere para Cida que tão logo saia do cargo que ocupa na secretaria pedir sua exclusão do CNES e retornar ao CES. O conselheiro Bartolomeu compara o CNES em relação ao estabelecimento de saúde e o vínculo empregatício. O conselheiro Hélio expõe que o trabalhador da saúde recebe para estar na conferência, então ele não vai faltar, mas o usuário paga para estar lá, pois não recebe os dias em que vai estar lá. A presidente do CES Maruza informa que a Mesa Permanente Nacional de Negociação do SUS define muito bem o que é profissional de saúde e trabalhador de saúde e, querendo ir um pouquinho mais além, o CNS lista as 14 profissões da saúde. Se nós não tivéssemos a Conferência esse ano, falo especialmente para Aparecida: por isso o seu nome apareceu no CNES e sugere que na próxima eleição todo mundo que se candidatar ao usuário que passe no crivo e completa que a gente quando vem, vem porque o nosso gerente, o nosso chefe nos libera e não corta o nosso ponto. Isso depende de o gestor cortar ou não o ponto. A conselheira Eliana comenta que a lei precisa ser mudada, pois o CNES não deveria decidir quem é ou não profissional de saúde público ou privado. O secretário executivo exalta que aqui cabe em primeiro lugar cumprir a lei e depois tomar as decisões políticas na qual a lei não veda; então a lei aqui é muito clara diz que a representação dos usuários não pode ser exercida por trabalhadores da saúde nem de prestadores de serviço. Aqui não é o caso de votar nem que sim nem que não substituir, no caso, não vai ter prejuízo, pois a conselheira é suplente do conselheiro titular Sílvio que é membro da mesa diretora e que já está ciente da situação. O prejuízo é político, a participação da conselheira é importante. A legislação deve ser cumprida sob pena de sofrer sanções penais. A conselheira Cynara receia que profissionais e trabalhadores de saúde usem do segmento usuário para atrapalhar as discussões e se a companheira continuar como será em outras situações semelhantes? O conselheiro Gilson comenta que enquanto não houver mudança na legislação, a companheira Aparecida participa como convidada. A conselheira Aparecida se despede do CES. O secretário executivo cita que a conselheira Eliana trouxe à mesa um informe que hoje foi publicado no Diário Oficial a Nota de Repúdio, a Moção que foi aprovada aqui no CES, a respeito do Decreto nº 9759, que extingue vários Conselhos e Comitês. Também foi publicado no dia 14, chamamento para credenciamento das entidades junto ao HEMOES, fruto do debate que aconteceu no HEUE. Ponto 3 - Aprovação das Atas das 197ª Reunião Ordinária e 75ª Reunião Extraordinária: A aprovação dessas Atas foi adiada em razão dos trabalhos das Conferências. Ponto 4 - Apresentação dos Projetos Estruturantes da SESA. O conselheiro dr. Tadeu solicita a retirada desse ponto na pauta em razão do fechamento do Plano de Planejamento Estratégico que vai ser apresentado amanhã no Centro de Convenções, das 13 às 18 horas. E que se coloca à disposição para juntamente com o secretário de saúde para esse assunto na próxima segunda feira ou na sexta da mesma semana. O conselheiro Hélio diferencia projeto de execução. O conselheiro Gilson informa que os contratos das OS's estão cada vez mais onerosos, impactando a entrada nos hospitais e cita o grande número de Mandados Judiciais. A conselheira Denice pede



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

esclarecimentos por se sentir confusa entre O.S.'s e a Fundação que vai ser implantada. O conselheiro dr. Tadeu informa que a fundação não foi à Assembleia/ES. É um projeto. É determinação de que nenhum outro hospital terá O.S., e que vai aprofundar esse assunto. A conselheira Eliana sugere que seja estudada uma data diferente de 24/05, em razão de um debate importante na UFES com o tema Novos Modelos de Gestão do SUS e que isso foi divulgado no grupo. A conselheira Cynara propõe que quando marcar o debate sobre a fundação que o CES possa convidar uma pessoa da UFES com algum conhecimento para participar trazendo um ponto de vista diferente. O conselheiro Luís questiona os valores das Emendas Parlamentares destinadas à Santa Casa e revela que na unidade hospitalar "dele" não tem isso. A SESA cria demanda para a entidade filantrópica receber a tabela do SUS que "eu" recebo. Por que não fazer concurso público? Mas não contratando pela Fundação, pois na próxima gestão isso pode acabar. A presidente do CES Maruza põe em votação as datas para a próxima reunião da apresentação dos projetos estruturantes. Qual data ficou definida para 24/08, as 8:30h. Colocada em votação foi a mesma aprovada por todos os presentes.

Ponto 5 – 9ª Conferência Estadual de Saúde e Etapa Estadual da 16ª CNS: a – Avaliação das Etapas Municipais: O secretário executivo Alexandre relata que apenas um município não realizou conferência e fez um relato das Etapas Regionais; foi identificado em um município que toda a bancada de usuários era profissional de saúde e o município foi comunicado para a respectiva substituição e outros não enviaram representantes, outros só compunham com 16 delegados titulares e foi feita a solicitação para incorporarem os suplentes e finaliza: 24 propostas, 12 estaduais e 12 nacionais. A conselheira Vera, o conselheiro Mansour, a conselheira Valeska, o conselheiro Willian, a presidente do CES Maruza, o conselheiro Barata e a conselheira Sandra teceram comentários a respeito das propostas nas Etapas Regionais.

b – Distribuição das 30 vagas de Convidados: O secretário executivo Alexandre comenta que na última reunião da Comissão Organizadora, foi feito um levantamento para trazer ao Plenário alguns critérios, o primeiro critério que Comissão Organizadora está sugerindo trazer como convidando pessoas que contribuíram nas Conferências atuando como palestrantes nas Etapas Municipais, muitas delas indicadas pelo CES, outras pelas Superintendências Regionais, pela própria SESA e pelos municípios. O segundo critério se trata de personalidades que o CES considera importante que são os quatro superintendentes e um técnico das Superintendências Regionais. Além de outros atores que vão agregar valor aos debates na conferência. E algumas entidades fizeram solicitações. O conselheiro Luís Carlos Reblin lembra que COSEMS por ser membro da tripartite não pode ficar de fora da Conferência. O secretário executivo ressalta que os delegados da Conferência foram eleitos na última reunião. A presidente do CES Maruza põe em votação os participantes convidados da 9ª Conferência Estadual de Saúde e Etapa Estadual da 16ª CNS.

Jovelina Aguiar – Apoiadora do Colegiado de Secretarias Municipais de Saúde do ES, Cristiano Luiz Ribeiro Araújo – Assistente Social - Subsecretaria de Estado de Assistência em Saúde (SAAS), Luciana Medeiros Simonetti – Médica Veterinária – Núcleo Especial de Vigilância Ambiental, Marfisa Machado de Moraes, Cibele Padini Almeida - Superintendente Regional de Saúde de Colatina, José Maria Justo - Superintendente Regional de Saúde de Cachoeiro De Itapemirim, Gleikson Barbosa dos Santos - Superintendente Regional de Saúde de São Mateus, Ana Targina Rodrigues Ferraz – Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFES, Ethel Leonor Noia Maciel – Vice-Reitora da UFES, Inês Thomé Poldi - Promotora Chefe do Núcleo de Apoio às Políticas de Saúde do Ministério Público, José Adalberto Dazzi - Promotor aposentado do Ministério Público, Georgea Ramos Riff - Representante do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde Ministério, Luiza Alvarenga - Médica Sanitarista, Liliane Graça Santana – Coordenadora do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Maria Aparecida Gomes de Araújo – Representante da Associação de Pais e Alunos do Estado do Espírito Santo (ASSOPAES), Comissão de Saúde e Saneamento da Assembleia Legislativa do Espírito Santo – 1 vaga, Comitê Estadual da Promoção da Equidade (CEPE) – 1 vaga, Gerência de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria Estadual de Direitos Humanos (Sedh) – 1 vaga, Representação Indígena – 1 vaga, Superintendência Regional de Saúde de Vitória – 1 vaga, Superintendência Regional de Cachoeiro De Itapemirim – 1 vaga, Superintendência Regional de Saúde de Colatina – 1 vaga, Superintendência Regional de São Mateus – 1 vaga, Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (COREN)– 1 vaga, Conselho Local do Hospital Estadual de Urgência e Emergência (HEUE) – 1 vaga, Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo (CRP) – 1 vaga, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região (CREFITO)– 1 vaga, Colegiado de Secretarias Municipais de Saúde do Espírito Santo – (COSEMS) – 1 vaga Federação de Associações de Moradores e Movimentos Populares de Guarapari (FAMOMPOG) – 1 vaga, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) - 1 vaga. Em votação foi aprovada à unanimidade. c – Distribuição das vagas de Convidados para a 16ª CNS: A presidente do CES Maruza põe em votação os participantes da 16ª CNS. Maria Maruza Carlesso, Alexandre de Oliveira Fraga, Willian Fontes, Mansour Cadais Filho, Cynara da Silva Azevedo, Maria José Sartório e 3 representantes indicados da SESA – Secretaria de Estado da Saúde. Em votação foi Aprovado à unanimidade d – Expediente: O secretário executivo expõe a necessidade de seis pessoas com condições, capacidade, “pulso”, disposição para coordenar a Plenária e fazer com que os grupos de trabalho, de discussão da Conferência funcionem à luz do Regulamento. Ficou decidido que a Comissão Organizadora fará a distribuição para a composição dos coordenadores de mesa para a conferência. A 199ª Reunião Ordinária é encerrada e lavrada a Ata, segue assinada pela Presidente e o secretário executivo do CES.

Alexandre de Oliveira Fraga  
Secretário Executivo  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Maria Maruza Carlesso  
Presidente  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

**Conselho Estadual de Saúde – CES/ES**  
**ATA – 76ª Reunião Extraordinária – Ano 2019**  
**24 de maio de 2019**

Aos 24 (vinte quatro) do mês de maio do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, reuniu-se para a 76ª(septuagésima sexta) Reunião Extraordinária no período de 14:00 às 18:00 horas no auditório da SESA, na Rua Maria Judith Tovar Varejão, nº 225 – Ed. Enseada Plaza – Enseada do Suá – Vitória/ES, sob a Presidência da presidente do CES, conselheira Maria Maruza Carlesso e do secretário executivo do Conselho Estadual de Saúde, Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos conselheiros (as): Nésio Fernandes de Medeiros Junior (SESA), Vera Lúcia Peruch (SESA), José Tadeu Marino (SESA), Luiz Carlos Reblin (SESA), Rafael Grossi Gonçalves Pacífico (SESA), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Ricardo Ewald (FEHOFES), Bartolomeu Martins Lima (Ministério da Saúde), Willian Fontes (SINDPSI), Valeska Fernandes Morais (SINDIENFERMEIROS), Fernando Antônio Alves de Jesus (SINDIENFERMEIROS), Rita de Cássia Olímpio Martins (SINDSAÚDE), Cynara da Silva Azevedo (SINDSAÚDE), Magna Nery Manoeli (SINDIPUBLICOS), Luís Tupinambá Bittencourt da Silva (SINDIPUBLICOS), Maria Augusta Búffolo, (FETAES), Elci Lobão Medeiro (CUT),



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

Aguiberto Oliveira de Lima (CUT), Sandra Mara Bremer Rodrigues Charbaje (SINDIUPES), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Mansour Cadais Filho (SINDINAPI), Antonio Carlos Nogueira do Nascimento (FAMOPES), Elio Rodrigues Dias (FAMOPES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE), Wilton Alvarenga Drumond (GRUPAES), Luciano Ferreira Santana (FORÇA SINDICAL), Aline Lopes da Silva (Mitra Arquidiocesana de Vitória, Eliana Baptista (SINODONTO). Após constatado o quórum regimental inicia-se a sessão. A Presidente Maria Maruza dá boas-vindas ao conselheiro Aguiberto que retorna ao Conselho Estadual de Saúde. Ponto 1- Apresentação dos Projetos Estruturantes da SESA. Dr. Nésio Fernandes de Medeiros Junior informa que no decorrer do ano de 2019 haverá audiências públicas temáticas nas 9 microrregiões administrativas do estado e destaca a importância do Conselho Estadual estar preparado porque o evento será abrangente em outras áreas como agricultura, educação que ocorrerá de junho até setembro. Apresenta o Planejamento Estratégico do governo aos conselheiros, destacando os quatro desafios que são: Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica do SUS para torná-los ambientes de acesso resolutivo e acolhedor aos usuários; cita que a infraestrutura física do Hospital Estadual Antônio Bezerra de Faria precisa de adequação e ampliação na região que abrange. O outro desafio é reorientar o modelo de Atenção e de Vigilância em Saúde, tornando a atenção básica mais resolutiva e integrada com a atenção especializada; modernizar e qualificar a resolutividade clínica e a gestão dos serviços de saúde; incorporar e desenvolver novas tecnologias e práticas de formação profissional, de inovação de ambientes produtivos em saúde e pesquisa aplicada ao SUS. Esses quatro desafios ajudaram na orientação e construção do modelo. Prossegue apresentando os PROJETOS: 1- revisão para 2019-2022 - construção e funcionamento do Hospital Geral de Cariacica; 2- ampliação do Hospital São Lucas - Blocos 4 e 5; 3- ampliação e adequação do Hospital Maternidade São Mateus; 4- a construção do novo Hospital Roberto Arnizaut Silveiras - HRAS; 5- e a Implantação do Sistema Integrado da Cadeia Logística. Informa que esteve em São Paulo e visitou o Hospital Santa Casa de Santos que utiliza o sistema integrado, e destacando que o estoque é de 15 dias de uso, evitando desperdícios; esclarece aos conselheiros que os projetos passaram por análises criteriosas e que tem o respaldo do Plano de Ação Estadual de Saúde. Apresenta o Projeto de Ampliação do Acesso do Estado que seria a expansão da cobertura do SAMU 192 em todo Estado, a implantação do "Melhor em Casa" - Atenção Domiciliar; ampliação do acesso a consultas e exames especializados; ampliação da Rede de Atenção Psicossocial; ampliação da Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência e implementação do Plano Estadual de Formação de Especialistas para o SUS ( Meu Médico de Família Capixaba, Estruturação de Residências em Saúde e Meu Especialista Capixaba - Regulação Formativa). O Plano de Qualificação da Gestão Hospitalar - a criação da Fundação Estatal de Atenção à Saúde do ES; implantação do Plano de modernização da Gestão Hospitalar; modernização do Parque Tecnológico (compra de equipamentos, leitos modernos, sistema de refrigeração, alternativas sustentáveis, energia sustentável, aproveitamento de água) e ainda, a Reforma e Ampliação do Hospital Estadual de Atenção Clínica - HEAC. Dr Nésio apresenta o Projeto e-SAUDE: implantação do e-SUS - Vigilância em Saúde no ES; oferta do e-SUS para todos os Municípios; implantação do sistema integrado de regulação ambulatorial para todos os Municípios; estruturação e implantação do serviço de telemedicina, telesaúde e telediagnóstico. E o projeto Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação, com sua estruturação; implementação do programa Estadual de Formação de Especialistas para o SUS: titulação, provimento, residências, aprimoramento e pesquisa; incorporação do uso de inovação e de medicina de alta tecnologia no Sistema Estadual de Saúde. Secretário Dr. Nésio encerra a apresentação e se coloca à disposição para esclarecimentos e responder as perguntas dos conselheiros. A presidente Maruza cita a importância da presença do secretário nas reuniões RO e RE no CES e informa os conselheiros(a)s que estão inscritos para o debate: Eliana, Denice, Magna, Élio, Aguiberto. A conselheira Eliana pergunta qual estratégia a gestão estadual pretende utilizar para



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

convencer os gestores municipais da importância de uma Atenção Primária qualificada e se existe outra pauta que envolva o controle social nos municípios que está fragilizado devido a gestão. A conselheira Denice diz que existe lógica nas propostas e pergunta como será feito o monitoramento e avaliação no desempenho dos projetos. A conselheira Magna pergunta ao secretário como ficará o dimensionamento dos servidores públicos em relação a mudança estrutural que foi apresentado, pois não viu no projeto um plano de humanização dos servidores. O conselheiro Élio pergunta ao secretário, caso o projeto não seja aprovado pelo conselho qual estratégia será tomada para apresentação de um novo projeto? Sugere que todos os projetos sejam debatidos no CES. O conselheiro Aguiberto sugere a presidente do CES o envio antecipado para uma leitura prévia do tema, com isso poderá contribuir melhor no próximo debate. Secretário Nésio respondendo às perguntas dos conselheiros informa que o processo de empoderamento do município é uma diretriz do estado e as mudanças não são do dia para a noite. O planejamento estratégico não depende do Secretário ou do Governador depende dos gestores também. Os projetos apresentados serão monitorados pelo Governador e como consequência outros gestores também irão trabalhar e monitorar. Cita a preocupação em conhecer os leitos dos hospitais e fala da humanização na saúde, que não é necessário criar uma Secretaria de Humanização para acontecer a mudança. Todos os projetos apresentados falam de humanização: Melhorar a estrutura de hospital, implantação do Melhor em Casa – Atenção Domiciliar, ampliação do acesso a consultas e exames especializados, ampliação da Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência.... O Secretário esclarece o dimensionamento dos servidores públicos em relação a mudança estrutural que foi apresentado, vai rever no RH a possibilidade de abrir um edital para remanejar os colaboradores para outros hospitais da rede. A presidente Maruza informa as pessoas inscritas para a segunda rodada: Valeska, Cynara, João Carlos (Barata), Rita, Wiliam, Ricardo e Luiz. A conselheira Valeska pergunta qual a participação do parlamentar nas fundações e em especial, nas escolhas dos Diretores do serviço e como será o monitoramento e a regulação dos leitos. A conselheira Cynara pergunta ao secretário, como fica a previdência dos estatutários dentro da Fundação e solicita ao secretário uma explanação a respeito da Pro Saúde. O Sr. João Carlos (Barata) pergunta ao secretário como fica o fortalecimento dos conselhos gestores dentro dos hospitais e qual a diferença na prática da Fundação, de Os's e da Pro-Saúde e sugere fiscalização para funcionar. A conselheira Rita pergunta ao secretário em relação ao corte dos 20% dos recursos da Rede Cuidar, porque os "patinhos feios" da regional sul não foram contemplados no Projetos Estruturantes da SESA? O conselheiro Wiliam diz que é importante fortalecer o controle social nos municípios e sugere uma mesa de negociação permanente em todos os municípios não só na cidade de Vitória. O conselheiro Ricardo cita a morosidade nas cirurgias de próteses e espera que o avanço tecnológico traga agilidade na rede de atendimento. O conselheiro Luiz informa que fez uma pesquisa que aponta que, de 2003 até 2015, foram R\$ 400 milhões de reais de renúncia fiscal para saúde e R\$ 330 bilhões transferidos do governo para a iniciativa privada. Em 12 anos, o orçamento da saúde que teve um aumento no investimento de 86% e uma desoneração que foi diretamente para a iniciativa privada de 89%; alguém teve que bancar esses 3% que foi para a iniciativa privada a mais do que foi investido na saúde pública; pergunta o que justifica a não contratação e a desoneração fiscal hoje e a absorção maior através de compromisso do Estado através da contratação e do concurso público. Relata que conversou com colegas ortopedistas e diz que eles aceitam ser contratados diretamente pelo hospital, hoje a cooperativa de ortopedista para em torno de 13 mil por 12 horas de plantão aos cooperados; eles aceitam como todos outros direitos a menos que chega na mão deles em torno de R\$7 mil reais. Conselheiro Luiz pergunta se o projeto da fundação contempla essa contratação e sugere uma organização que possa ter um ortopedista fixo no hospital e uma série de ortopedistas plantonistas para ajudar a controlar. A presidente Maruza diz que o hospital público na Regional Sul não foi contemplado e que este pleito consta das propostas priorizadas na Conferência Regional da



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

Região Sul realizada no dia 21 de maio, e que esta reivindicação já havia sido aprovada na sétima e na oitava Conferência Estadual de Saúde, e pergunta se tem alguma proposta. O secretário informa que a falta de municipalização da rede pública de saúde é uma pauta do controle social do SUS e quem sabe como funciona os bairros de Vitória é o município de Vitória e não o Estado. Conselheiro Elio fala do atendimento precário no posto de Saúde e que gostaria que fosse aprovado um projeto que todos os funcionários públicos fossem atendidos no Estado; no seu entendimento é a única forma de melhorar o estado e o governo. O Secretário informa ao conselheiro que a proposta também é sua e que ela é uma pauta complexa; e que se a instância do controle social conseguir relacionar de maneira ampla e acumular forças em pautas como essas, pode trazer muita vitória; diz que precisamos de maturidade e fala da importância na assistência à família e no empoderamento dos municípios; fala da ampliação do serviço de quase mil novos agentes comunitários, 389 equipes de Saúde da Família, 355 equipes de saúde bucal. E diz que o Hospital Estadual de Urgência e Emergência (HEUE-ANTIGO SÃO LUCAS) deu um avanço na Pro Saúde. Informa que falta ajuste de competência para que seja feito a mesa de negociação permanente em todos os municípios. Fala dos benefícios que os celetistas têm, mas, o estatutário não, como o FGTS e diz que tratar o vínculo celetista como precarização é surreal, o vínculo celetista que resolve uma parte do problema na saúde pública. Secretário encerra agradecendo o espaço e pede que todos construam posições avançadas. O conselheiro Elio pergunta se existe projeto para a fundação e solicita que o mesmo seja apresentado ao conselho. A conselheira Eliana informa ao conselheiro Elio que na reunião passada o Secretário se comprometeu em trazer detalhes do projeto da Fundação posteriormente. O secretário esclarece que tem uma minuta do projeto da fundação, mas não tem o parecer da procuradoria ainda e solicita aos conselheiros que aguardem e que não levem para fora divergências que podem ser amadurecidas no Conselho. Encerra agradecendo a todos. A presidente Maruza agradece ao Secretário Nésio a disponibilidade e informa que enquanto conselheiros deram esse aval para o secretário de amadurecer essas propostas para trazer ao conselho. E diz que o secretário convidou a todos os conselheiros sem exceção, para apresentação do Planejamento Estratégico. Havia proposta de ter cinco nomes para aquela apresentação e discutindo com a equipe do secretário enquanto controle social solicitou que o nome dos 56 conselheiros constasse na lista, porém no dia da apresentação foram apenas sete conselheiros. Afirma que em nenhum momento foi negado acesso ao conhecimento das propostas. Ponto 2 – 9ª Conferência Estadual de Saúde e Etapa Estadual da 16ª Conferência Nacional de Saúde. A presidente Maruza informa que está com dificuldade em encaminhar as questões da comissão organizadora porque precisa de técnicos da SESA na conferência para ajudar na discussão. Solicitou ao secretário fazer uma portaria disponibilizando todos os servidores, a lista já foi enviada na quarta-feira para que os servidores da SESA sejam disponibilizados por quatro dias na conferência. O secretário executivo Alexandre fala da distribuição dos delegados do Estado para a Conferência Nacional de Saúde, de acordo com o regimento o Estado do Espírito Santo terão 76 vagas para a conferência Nacional de saúde dessas está previsto que até 30% seriam eleitos entre os delegados que vieram para conferência através das conferências Livres ou atividades de coleta de assinaturas para o abaixo assinado. Existe duas formas para eleger os delegados para a Conferência Nacional: uma é o sistema vertical - os delegados saem do município participam das etapas estaduais e são eleitos para a Conferência Nacional. O outro é o sistema horizontal onde os delegados saem das atividades de conferencia livre ou da coleta de assinatura. Conforme regimento temos até 110 participantes na Conferência Estadual eleitos através do sistema conferência Livre. Foram protocolados no CES três movimentos, Mitra Arquidiocesana, Sindsaúde e o Movimento de Luta Antimanicomial. Foram eleitos 12 participantes, sendo quatro participantes eleitos pela conferencia livre do sinsaúde, dois participantes pela coleta de assinatura do sinsaúde, dois participantes do Movimento de Luta Antimanicomial e quatro participantes através da coleta de assinatura feito pela Mitra



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

Arquidiocesana e foi alcançado 10,9 % dos 110 delegados que estavam previstos. Os Delegados vindos conferência livre seria 1 usuário, 1 trabalhador da saúde no total de dois delegados. Na sequência o secretário executivo apresenta o quadro da População por Região de Saúde. Região Norte, população IBGE 425.796 equivale 10,83% da população do estado e vai eleger 8,01=8 Delegados, sendo 4 usuários, 2 trabalhadores da saúde e, 2 gestores/prestadores de serviços no total de oito delegados. Região Central, população IBGE 642.611 equivale 16,35% da população do estado e o número de delegados 12,1 = 12, sendo 6 usuários, 3 trabalhadores da saúde, 3 gestores/prestadores de serviços no total de doze delegados. Região Metropolitana, população IBGE 2.180.633 equivale 55,49% da população do estado; número de delegados 41,06 = 42, sendo 21 usuários, 10 trabalhadores da saúde, 11 gestores/prestadores de serviços total de quarenta e dois delegados. Região Sul, população IBGE 680.871 equivale 17,33% da população do estado número de delegados 12,3 = 12, sendo 6 usuários, 3 trabalhadores da saúde, 3 gestores/prestadores de serviços no total de doze delegados. Colocada em votação foi aprovada por todos os conselheiros presentes. O secretário executivo informa detalhes para a 9ª Conferência Estadual de Saúde e Etapa Estadual da 16ª CNS que acontecerá no SESC, em Guarapari. Orienta como será feito o transporte para o evento no dia 28 de maio às 13:00 horas da Comissão Organizadora na sede do CES. Para os demais conselheiros que foram eleitos no colegiado será feito o transporte no dia 29 de maio às 07:00 horas na sede do CES. Os Delegados eleitos nos municípios são de responsabilidade do município trazê-los para o evento em Guarapari. O secretário orienta os conselheiros na questão dos grupos de trabalhos e diz a importância em ler o regimento e o regulamento. A Reunião Extraordinária é encerrada às 17:35 horas e a presente Ata foi lavrada e segue assinada pelo Secretário Executivo do CES, Alexandre de Oliveira Fraga e pela Presidente Maria Maruza Carlesso.

Alexandre de Oliveira Fraga  
Secretário Executivo  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Maria Maruza Carlesso  
Presidente  
Conselho Estadual, de Saúde – CES/ES

**Conselho Estadual de Saúde – CES/ES**  
**ATA – 200ª Reunião Ordinária – Ano 2019**  
**27 de junho de 2019**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, reuniu-se para a 199ª (centésima nonagésima nona) Reunião Ordinária no período de 14:00 as 18:00 horas no auditório da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), localizada na Enseada do Suá, Vitória-ES sob a Presidência do CES, conselheira Maria Maruza Carlesso e do secretário executivo do Conselho Estadual de Saúde, Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos conselheiros (as): Nésio Fernandes de Medeiros Junior (SESA), Vera Lúcia Peruch (SESA), Luiz Carlos Reblin (SESA), Beatriz Zandonade Jarske, (FEHOPES), Ricardo Ewald (FEHOFES), Marília Coser Mansur (Ministério da Saúde), Maurício Aquino Paganotti (SIMES), Willian Fontes (SINDPSI-ES), Valeska Fernandes Morais (SINDIENFERMEIROS-ES), Fernando Antônio de Jesus (SINDIENFERMEIROS-ES), Eliana Baptista (SINODONTO-ES), Cynara da Silva Azevedo (SINDSAÚDE-ES), Magna Nery Manoeli (SINDIPUBLICOS-ES), Luís Tupinambá Bittencourt da Silva (SINDIPUBLICOS-ES), Taíza Bruna Assunção Medeiros (FETAES), Adilson Mendes Coelho, (SINTESES), Sílvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Mansour Cadais Filho



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

(SINDNAPI-ES), Jânio Jacinto Araújo (SINDINAPI-ES), Antonio Carlos Nogueira do Nascimento (FAMOPES), Elio Rodrigues Dias (FAMOPES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE-ES), Wilton Alvarenga Drumond (GRUPAES), Heldo Salgueiro Silva (GRUPAES), Luciano Ferreira Santana (Força Sindical), Magno Venturoti Corrêa (Força Sindical), Sheila Mara Rodrigues Godinho (MITRA), Gilson Mesquita de Faria (ANAMA-ES). Justificaram as ausências: Rita de Cássia Olímpio Martins (SINDSAÚDE-ES), Elci Lobão Medeiro (CUT-ES), Sandra Mara Bremer Rodrigues Charbje (SINDIUPES), Eliza de Moraes Evangelista (SINDIUPES), Ida Cecília Baiôco (MOSAVE-ES), Aline Lopes da Silva (Mitra Arquidiocesana de Vitória), Vanderson Roberto Pedruzzi Gaburo (APAES). O secretário executivo Alexandre fez a verificação de quórum regimental e iniciou a sessão. Ponto 1 - Apresentação dos novos conselheiros do CES: A presidente do CES Maruza solicita ao secretário executivo Alexandre que apresente o primeiro ponto de pauta e completa dizendo que temos algumas inclusões e inversão de pauta para deliberar. Tomam posse hoje no CES, o conselheiro Maurício Aquino Paganotti, titular, representando o sindicato dos médicos (SIMES) e o conselheiro Adilson Mendes Coelho, titular, representando o SINTESES substituindo o ex conselheiro Zaldimar. Informa sobre duas solicitações de substituição de membros do CES, uma é da Força Sindical, o futuro conselheiro, Sidney e a indicação do Sindicato dos Farmacêuticos para substituir o ex conselheiro Thalles, que é o Dr. Neudo, ambas guardando os trâmites processuais. Antes de prosseguir com a pauta a Sra presidente solicitou a inversão da pauta, do Ponto 5 para o ponto 4 - Projeto Fundação Estatal. Apreciada também a inclusão de pauta: deliberar sobre a definição de datas para realizar a Plenária Estadual e as Regionais do CES, bem como apresentação do parecer da CIOF, Prestação de Contas do segundo e terceiro quadrimestre e o Parecer sobre os Indicadores de 2019. O Pleno aprovou ambas solicitações. Ponto 2 – Informes, Indicações e Expedientes: Informe 1 - Of. Circ. Nº 012/2019/SESA/GEVS/NEVE/DST/AIDS convida para reunião de Câmara Técnica Estadual Normativa DST, AIDS e Hepatites Virais, dia 29 de junho de 2019, às 13h, no auditório da sede da Secretaria de Estado da Saúde na Enseada do Suá. Informe 2 - Ofício Circular Nº 134/2019/SECNS/MS encaminha instrumento elaborado pela Câmara Técnica da Atenção Básica com a finalidade de obter detalhes da realidade da Atenção Básica em Saúde, de monitorar os impactos da nova PNAB e de fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde no enfrentamento dos problemas estruturais da Atenção Básica. Documento enviado para os conselhos municipais e coordenadores de plenárias através do OF/SESA/CES/Nº 13/19 – Circular. Informe 3 - Ofício Circular Nº136/2019SECNS/MS encaminha Moção 003/219 e Recomendação 025 que manifestam repúdio aos recentes ataques à educação pública no Brasil e recomendam a suspensão dos bloqueios orçamentários, entre outros. Informe 4 - Ofício Circular 142/2019 SENS/MS encaminha Recomendação 24 recomendando que seja interrompido qualquer processo de exclusão da expressão “violência obstétrica” tendo em vista o seu reconhecimento nacional e internacional e sua utilização pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo governo de vários países e pela sociedade civil. Informe 5 - Ofício Circular Nº 07/2019/ES/CGNE/SE/MS encaminha Relatório sobre a Cooperação Técnica nº 1940 que teve a finalidade de promover o Sistema Nacional de Auditoria na região Sul de saúde do estado do Espírito Santo. Informe 6 - Ofício Circular Nº 08/2019/ES/CGNE/SE/MS que encaminha Relatório sobre a Cooperação Técnica nº 1941 que teve a finalidade de promover o Sistema Nacional de Auditoria na região Metropolitana de Saúde no estado do Espírito Santo. Informe 7 - E-mail da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo que encaminha ata da reunião realizada no dia 10 de junho de 2019, lista de presença e minuta do termo de compromisso apresentado aos municípios. A reunião teve como objetivo discutir a gestão das consequências do desastre ambiental a partir do TTAC e TAC GOV, bem como a necessidade da construção dos planos de ação na área da saúde dos municípios atingidos pelo desastre ambiental da Bacia do Rio Doce. Informe 8 - A Secretaria de Estado da Saúde convida para Apresentação da Prestação de Contas da SESA, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2019. Dia 28 de junho de 2019, às 9h na Assembleia



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

Legislativa do Espírito Santo. Informe 9 - Convite para a XXII Jornada Centro-Oeste, XI Jornada Capixaba de Reumatologia, II Encontro Multiprofissional da SBR e I Jornada Multiprofissional Capixaba em Reumatologia e IV Encontro de Pacientes Reumáticos do Espírito Santo, de 27 a 29/06 em Vitória. Informações. [www.reumatologia-es.med.br](http://www.reumatologia-es.med.br). Referente ao Informe 2, o secretário executivo ressalta que os conselhos municipais têm até o dia 30 de junho para responder o questionário diretamente lá no endereço informado no documento do Conselho Nacional de Saúde. EXPEDIENTES: o secretário executivo Alexandre informa que o mapa de presença dos conselheiros foi atualizado e cumprindo o Regimento do CES, a Mesa Diretora e a Presidente estão encaminhando ofícios a todas as entidades para que substituam os seus representantes, em razão do quantitativo de faltas como previsto no Regimento Interno do CES que prevê a perda do mandato de imediato. A presidente do CES Maruza reafirma a importância da presença do Titular e Suplente nas reuniões, já que as justificativas de ausência são registradas, e solicita a correção de data do informe 1, que será amanhã dia 28. Ponto 3 - Aprovação das Atas das 197ª e 198ª Reuniões Ordinárias - As Atas foram aprovadas, mediante votação. Ponto 4 - Apresentação do Projeto "Jovem, é massa ficar sabendo": Débora Sabará - Presidente da Associação Grupo Orgulho Liberdade e Dignidade - GOLD. Apresentação foi adiada para a próxima reunião pela ausência dos apresentadores. Ponto 5 - Apresentação do tema "Nova Fundação Estatal de Saúde" - Nésio Fernandes Medeiros Junior. O Secretário de Saúde apresenta a proposta da SESA para criar uma Fundação Estatal de Direito Privado. Informou que o projeto dela está em análise na PGE para posteriormente ser apresentado na Assembleia Legislativa do Estado. Cita fundamentos legais, que são o artigo 5º, IV do Decreto-Lei nº 200/1967, que define a Fundação; o artigo 37, XIX da Constituição Federal, o artigo 32, XIX da Constituição Estadual e a Lei Complementar Estadual nº 476/2008, que definiu no âmbito da administração pública estadual em quais áreas pode atuar. Que há uma previsão do marco legal tanto federal quanto estadual para a atuação da Fundação na Saúde. A natureza jurídica da Fundação é Pública de Direito Privado com autonomia administrativa e financeira, é prestadora pública de serviços por meio de contrato, não orçamentada, pois a receita é mediante serviços. O regime de contratações do quadro de pessoal é celetista mediante concurso público. A Fundação se submete à Lei nº 8666/93, com flexibilidade de prazo, se criar um regulamento de compras próprio. As competências da Fundação de prestar serviços gratuitos de atenção integral à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação, deficiências nutricionais e de apoiar a execução das ações e serviços públicos de saúde, ou seja, a Fundação não vai estar restrita a prestar serviços hospitalares, ela poderá assumir e fazer o trabalho no SAMU, na UPA e se quiser contratar a Fundação para fazer o serviço de saúde nos municípios vai poder contratar também, se outro Estado ou a União quiserem podem contratar. Abrimos e criamos de fato uma prestadora de serviços públicos no estado de Espírito Santo com condições, mediante contrato de serviços de alcance de metas e também contratos com quaisquer órgãos da federação ou qualquer ente público. Ela pode criar subsidiárias e diversas filiais para ajudar o conjunto da rede a se articular. Quanto ao patrimônio, existe uma discussão interna na PGE se a doação financeira inicial para essa Fundação é despesa de capital ou de custeio e exemplifica cada uma delas. Toda Fundação se caracteriza, na sua criação, pela incorporação de um patrimônio sendo constituído por bens móveis e imóveis, valores, direitos e outros bens que serão destinados por ato do Governador e uma quantia financeira inicial para estruturação administrativa da Fundação, o Hospital Estadual Bezerra de Faria ou o Dório Silva, inicialmente, será transferido para a Fundação. Os recursos são oriundos por prestação de serviços ao poder público, da exploração de seu patrimônio, das receitas derivadas de contratos, dos convênios e de outros instrumentos congêneres por ela celebradas com entidades internacionais e nacionais públicas ou privadas. A Fundação vai poder captar receitas que derivam de ressarcimento dos valores decorrente da utilização dos serviços de assistência à saúde da estatal saúde em caso de sinistro em que as vítimas



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

estejam cobertas por apólice de seguros de veículos automotores e ser ressarcida de procedimentos realizados a cargo dos planos de saúde complementar. É uma receita que vai passar a entrar no SUS, ou seja, vai garantir novas fontes de recursos que será por meio de um marco legal que esse modelo permite. A proposta é que Fundação tenha um Conselho Curador, que caracteriza a criação da mesma, com até 7 membros indicados por trabalhadores, pelo CES e pelo Governo. Esse Conselho é, na prática, o comando central do Ente que define tudo, vai recomendar os cargos de nomeação do governador, vai definir a política institucional, de estratégias e que passa a ser o instrumento que organiza e tem a responsabilidade de conduzir a política da Instituição e não há interesse econômico, há um Conselho de pessoas públicas, de representantes dos trabalhadores, de representantes de usuários, que definem como é o institucional da Fundação. Ela é gerida por um órgão colegiado, por um Conselho Curador que está submetido à Curadoria do Ministério Público Estadual; além da prestação de contas ao TCE/ES, também se submete à Curadoria das Fundações do MPE-ES. Está sendo posto em pauta a criação de uma Fundação que tenha um caráter colegiado, participativo e que se submete ao controle externo. O Conselho Fiscal é com 3 membros e a Diretoria Executiva com até 5 membros, sendo um deles o Diretor Presidente, o Diretor Executivo. As atribuições da Fundação serão detalhadas no Estatuto por Decreto, pois a mesma se trata de um marco jurídico mais flexível para poder construir uma nova Entidade que, se muda o Código Civil, se muda o regime jurídico da Administração Pública ela usa rapidamente o stand up com a norma do Conselho Superior. Se existir qualquer tipo de instrução normativa da Receita Federal, por exemplo, o próprio Conselho Superior já faz a adaptação. O marco de adaptação da Fundação é mais célere, por isso não faz sentido a lei que cria a Fundação tecer detalhes que cabem ao Estatuto da Entidade. O pessoal é contratado por concurso público com vínculo celetista. O dimensionamento de pessoal respeita as normas dos conselhos tradicionais e cita algumas especialidades de saúde. E não há excepcionalidade nesse sentido e eles se submetem a todas as regras dos conselhos no desempenho, no dimensionamento pessoal para o serviço que a Fundação for gerenciar. Os trabalhadores efetivos, estatutários da SESA são cedidos para atuarem dentro da Fundação sem prejuízo a sua carreira, aos benefícios ou aos vínculos estatutários que eles já têm. Estamos garantindo que, nesse modelo jurídico, o servidor público continue prestando serviço para o órgão público, estatal com todas as garantias da carreira dele. Já é possível os estatutários do Estado do Espírito Santo e os celetistas da Fundação participar da PREVIS - Previdência Complementar do Estado. O relacionamento entre a Fundação e o Poder Público poderá ser sob a forma de contrato, cujo pagamento se dá mediante resultado de alcance de metas e cita exemplos. De acordo com a lei, se a Fundação for judicializada, o Estado tem que arcar com as consequências. A Fundação pode permitir em relação aos prazos dos processos licitatórios que vão ser ajustados garantir uma maior capacidade de compras de insumos de hospitais; com o regulamento próprio de compras observadas as normas gerais fixadas pela Lei nº 8.666, o Pregão eletrônico, o RDC e o credenciamento. No modelo da Fundação, conseguimos uma estrutura de compras centralizadas dos produtos mais frequentes em todos os hospitais, suscitando assim, uma economia de escala em menor preço, gerando eficiência. O controle social se submete ao Tribunal de Contas previsto por lei. Anualmente, a Fundação precisa fazer o Relatório de Gestão para o Conselho Estadual de Saúde, havendo obrigatoriedade da apresentação do Relatório Anual de Gestão. As principais vantagens são: mais agilidade no processo de compras, gestão por resultados, substituição do contrato temporário por emprego público celetista. O conselheiro Hélio manifesta preocupação diante da fala do secretário sobre a Fundação não ter dinheiro para prestar serviços, já que a mesma não vai ser remunerada e por citar que o hospital Bezerra de Faria será da Fundação e antes de mais nada o que quer dizer Fundação? Por isso pediu ao secretário que nos trouxesse a lei que rege a Fundação, pois está bem diferente do que nos foi apresentado no ano passado. O conselheiro Antonio Carlos revela as seguintes dúvidas sobre essa apresentação: esse tema



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

poderia vir para nós nos debruçarmos e fazer uma oficina para debater alguns itens desse assunto? Quais serão os valores do contrato de prestação de serviço e como vai ser aprovado? Os hospitais vão ter que passar por um conselho gestor? Pois a lei do conselho gestor diz que o mesmo tem que aprovar. Quem vai licitar/contratar a alimentação, os exames e a lavanderia? Será o próprio hospital ou a Fundação? Como será a doação de patrimônio do Estado para essa Fundação? Haverá devolução posterior ou o Estado vai perdê-lo? Nesse conselho curador, a sociedade civil vai participar? Nessa Fundação, os servidores públicos dos hospitais vão ter os mesmos direitos e a proteção que eles têm hoje? Se a lei 41 diz que a SESA deve apresentar o balancete quadrimestralmente, por que a Fundação vai ser apresentar só anualmente? Como vamos fiscalizar isso anualmente? Quem vai se debruçar sobre esse balanço para haver fiscalização? O conselheiro Willian pergunta: qual a situação dos empregados em caso de fechamento de algum serviço ou não alcance de metas? Para onde eles vão? Serão remanejados? Colocados à disposição? Ou exonerados? Há alguma similitude dessa proposta de Fundação com o antigo IESP e se tem, por que acabou? O que tem de diferente entre o antigo Instituto e a nova Fundação? Que concorda com o conselheiro Antonio Carlos sobre a participação de outros representantes da sociedade civil no conselho curador. Mesmo tendo um presidente, a diretoria executiva será colegiada? Vai distribuir os direitos, as responsabilidades e/ou as competências para tomar decisões? Em relação à jornada de trabalho dos futuros empregados, poderá ser negociado como é feito na iniciativa privada? E quanto aos litígios? As dificuldades de negociação entre os futuros empregadores e os empregados públicos da Fundação, em qual foro isso será tratado? Na Vara da Fazenda Pública ou na Justiça de do Trabalho? A conselheira Magna expõe suas preocupações e a dos usuários da saúde que não param de procurar informações sobre a Fundação quando adentrar os hospitais, pois foi dito que o Dório Silva vai fechar. O que vai acontecer? E sugere acalmá-los, ao RH e à direção dos hospitais, informando-os sobre isso. Que defende os concursos públicos e o SUS. Porque não dão curso de formação e de capacitação para os servidores públicos? Entende que é importante ressaltar as qualidades e competências dos servidores públicos. A conselheira Cynara, caso a Fundação "passe", quais as "amarras" que vocês estão fazendo para impedir que o próximo governo "jogue para o alto". A conselheira Valeska relata que há distorções de informações que são muito diferentes do que você está falando aqui no CES e pergunta se vai ocorrer no Bezerra o que vai acontecer lá? A conselheira Denice pergunta se dentro do modelo da Fundação vai ser possível fazer um consórcio de municípios para que eles resolvam determinadas questões que não podem fazer sozinhos? O conselheiro Antonio Carlos pergunta quem vai indicar o diretor dos hospitais? Como vai ficar a questão das cooperativas? O conselheiro Willian sugere perguntar ao secretário de Saúde se há uma proposta desse encaminhamento e depois a mesa põe a nossa. A conselheira Rita pergunta qual é o prazo de validade do concurso, é por tempo determinado? O secretário de Saúde responde a todas as perguntas. O conselheiro Willian propõe outra reunião para continuar debatendo esse ponto de pauta e outros que porventura irão surgir. Sugere uma reunião para o dia 04 de julho, na próxima quinta-feira. O secretário executivo Alexandre põe em votação a proposta da reunião extraordinária nessa data, para deliberar os demais 4 pontos pendentes dessa pauta, entre os quais o Relatório Final da Conferência que precisa ser feita a devolutiva para a SESA que vai compor o Plano Estadual de Saúde. Informa que o conselheiro Mansour pediu para trazer um ponto de pauta que foi aprovado ontem na reunião dos articuladores das Plenárias que é a convocação das Plenárias Estadual e Regionais do Conselho de Saúde e revela a proposta de agendas das mesmas para setembro e outubro de 2019 respectivamente. Explica que a Plenária Estadual começa antes das Regionais em razão de fazer a primeira devolutiva dos itens aprovados no Relatório Final da Conferência Estadual de Saúde. Acredita que até outubro o CES já estará debatendo um conjunto de proposta para o Plano Estadual de Saúde do próximo período. Em sequência ao Plano Estadual, terá a construção dos Planos Regionais de Saúde o que foi aprovado em cada Conferência Regional e as propostas que



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

constam no Relatório Final da Conferência Estadual para ser levada a cada uma das regiões e debater na região e já mobilizar o controle social para acompanhar a construção dos Planos Regionais de Saúde e que precisa deliberar isso para dar sequência de abertura do processo de licitação de espaço físico e demais insumos. A reunião extraordinária foi aprovada para o dia 04 de julho. Ponto 6 – Apresentação do Projeto “Fortalecimento do Controle Social e Promoção de Políticas de Equidade”: Conselheira Quelen Tanize Alves da Silva – Diretora do ICEPi. Ponto 7 – Deliberação acerca do requerimento do Secretário Executivo do CES que versa sobre acusação de descumprimento de normas regimental e legislação do CES descritas no Ofício 010/2019 da FAMOPES – Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do ES. Ponto 8 – 9ª Conferência Estadual de Saúde e Etapa Estadual da 16ª CNS: a – Avaliação da Etapa Estadual; b – Apresentação do Relatório Final; c – Apresentação dos dados da Pesquisa sobre o perfil dos participantes; d – Informe sobre a viagem (passagem, hospedagem e outros). A 200ª Reunião Ordinária é encerrada às 18:00 horas e a presente ata foi lavrada e segue assinada pela Presidente e pelo secretário executivo do CES.

Alexandre de Oliveira Fraga  
Secretário Executivo  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Maria Maruza Carlesso  
Presidente  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

**Conselho Estadual de Saúde – CES/ES**  
**ATA – 77ª Reunião Extraordinária – Ano 2019**  
**04 de Julho de 2019**

Aos 04 (quatro) dias do mês de julho do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, reuniu-se para a 77ª (septuagésima sétima) Reunião Extraordinária no período de 14:00 às 18:00 horas no auditório da SESA, na Rua Maria Judith Tovar Varejão, nº 225 – Ed. Enseada Plaza – Enseada do Suá – Vitória/ES, sob a Presidência da presidente do CES, conselheira Maria Maruza Carlesso e do secretário executivo do Conselho Estadual de Saúde, Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos conselheiros (as): Vera Lúcia Peruch (SESA), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Marília Coser Mansur (Ministério da Saúde), Maria Maruza Carlesso (SINFES), Valeska Fernandes Moraes (SINDIENFERMEIROS), Rita de Cássia Olímpio Martins (SINDSAÚDE), Cynara da Silva Azevedo (SINDSAÚDE), Eliana Baptista (SINODONTO), Luís Tupinambá Bittencourt da Silva (SINDIPUBLICOS), Magna Nery Manoeli (SINDIPUBLICOS), Aguiberto Oliveira de Lima (CUT), Eliza de Moraes Evangelista (SINDIUPES), Sandra Mara Bremer Rodrigues Charbaje (SINDIUPES), Mansour Cadais Filho (SINDINAPI), Antonio Carlos Nogueira do Nascimento (FAMOPES), Elio Rodrigues Dias (FAMOPES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE), Gilson Mesquita de Faria (ANAMA), Luciano Ferreira Santana (FORÇA SINDICAL). Justificou a ausência: Luiz Carlos Reblin (SESA), Ricardo Ewald (FEHOFES), Bartolomeu Martins Lima (Ministério da Saúde), Robertta Steffanya (SINDPISI), Fernandes Queiroz (SINDPISI), Taiza Bruna Assunção Medeiros (FETAES), Maria Augusta Búffolo, (FETAES), Elci Lobão Medeiro (CUT), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Ida Cecília Baiôco (MOSAVE), José Carlos de Siqueira (ANAMA), Maria de Lourdes Fiorido (APAES), Vanderson Roberto Pedruzzi Gaburo (APAES). A presidente do Conselho Estadual de Saúde Maria Maruza Carlesso juntamente com o Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga verificam não haver quórum regimental para instalação da



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

seção e desta forma declara encerrada a reunião. Porém, foi apresentado aos conselheiros presentes pela equipe do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI) o Projeto "Fortalecimento do Controle Social e Promoção de Políticas de Equidade". Além disto a Comissão Organizadora apresentou o relatório final da 9ª Conferencia Estadual de Saúde e Etapa da 16ª Conferência Nacional de Saúde. A presente ata foi lavrada e segue assinada pelo Secretário Executivo do CES, Alexandre de Oliveira Fraga e pela presidente Maria Maruza Carlesso.

Alexandre de Oliveira Fraga  
Secretário Executivo  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Maria Maruza Carlesso  
Presidente  
Conselho Estadual, de Saúde – CES/ES